

## MICHEL PÊCHEUX: CONSIDERAÇÕES SOBRE BASES EPISTEMOLÓGICAS

Hoje já não se convida diretamente os diferentes elementos de um sistema social a associar-se para cooperar, mas incitam-se a comunicar. Por outras palavras, a ideologia da associação das forças individuais (ideologia que se disfarça de economia política) é, neste ponto, relegada para o segundo plano pela ideologia da comunicação como circulação da informação (ideologia que se tingem voluntariamente de linguística). M. Pêcheux, 1971.

Marlon Leal Rodrigues  
NEAD/UEMS

*Resumo: a proposta deste texto é desenvolver algumas reflexões sobre alguns dos aspectos da formação intelectual de Michel Pêcheux tendo como referência o livro “História das Ciências” (1971). A inscrição de sujeitos em certos espaços sociais, em particular o da academia, não se faz sem um investimento de ordem da individuação (projeto, o que não quer dizer que o efeito da inscrição terá o êxito, na verdade é apenas uma “proposta” de trabalho), de um lado, e um acontecimento, de outro. Pois, a formação intelectual não se constitui por si, ela se configura a partir também das condições de produção das discursividades em questão. Considerando, ainda, os aspectos da ordem do político e seus efeitos ideológicos. A formação intelectual enquanto acontecimento não se trata de um “auto reconhecimento” ou “acúmulo” de conteúdos históricos, filosófico e/ou teórico. Antes de conjecturar qualquer definição, a formação intelectual é o “como acontece”?, quais as posições políticas propiciam uma demanda de discussão – de arquivo, de temas, de problemáticas – metodológica, filosófica, teórica etc. Estas questões, em grande medida, possibilitam a abertura de espaços, o que pode acarretar inscrições de toda ordem. Uns como divulgadores do conhecimento científico acumulado, outros, como produtores de novos conhecimentos, uma ruptura com a anterior. É neste ponto que desenvolvemos nossas reflexões.*

Palavras-chave: *Discurso, Epistemologia, Michel Pêcheux.*

### INTRODUÇÃO

A proposta deste texto é desenvolver um projeto enquanto reflexão, ainda que inicial, sobre a base epistemológica da formação intelectual de Michel Pêcheux, fundador da Análise do Discurso de linha francesa, AD. Ao referir à base epistemológica de um lado, e ao nome de Michel Pêcheux, de outro, é possível indagar não apenas o “sentido” (ORLANDI, 2012) de sua formação intelectual em sua obra, mas o que de “efeitos de sentidos” (*Idem*) determinadas formações intelectuais podem possibilitar a certos pesquisadores que trabalham suas reflexões nos limites de sua área de formação em

relação a outras e, muitas vezes, ultrapassando-a. Não quero considerar que qualquer área de formação seja o limite, pois, toda área de conhecimento faz parte de uma área maior e dialoga de forma constante com outras. Gostaria de acrescentar que as áreas e os campos se formam por diversos processos de constituição, ressalto pelo menos dois, conforme Rodrigues (2012, p. 260):

Se for possível pensar em termos fundamentais e conceituais de distensões, há de se considerar um projeto claro de reflexão teórica e metodológica (...) A distensão fixa-se no limite do próprio campo, não rompe com ele (...). Caso seja possível a deserção, é uma questão de ultrapassar o limite (...) promover uma defasagem teórica e metodológica, uma reconfiguração tal que chega a romper com questões cruciais (...). A deserção é uma proposta para além do limite do campo que a constitui.

Nesse sentido, tanto um campo teórico quanto a formação intelectual de um pesquisador se faz lentamente, no entanto, em seu “processo de individuação” (ORLANDI, 2012), ela o constitui antes e a partir de e nas “filiações sócio-históricas de identificação” (PÊCHEUX, 2002, p. 56) no curso de uma trajetória acadêmica. No entanto, há algo de “peculiar” no “processo de individuação” do “sujeito” (ORLANDI, 2017) que o torna singular. Não em si mesmo - como ponto de um princípio, ou mesmo, como se fosse possível pensar em princípio -, mas a partir de uma conjuntura histórica determinada – aspecto amplo -, e também considerando as reverberações discursivas nos espaços sociais que se inscreve – aspecto restrito, ou dito de outra forma, “condições de produção dos discursos” (PÊCHEUX, 1997).

O processo de individuação “fala antes” na relação com a “memória discursiva” (ORLANDI, 2001) ao “dar” contornos aos sentidos em processos “interpelatórios” e de “identificação” (*Idem*). No processo de individuação, o jogo interpelatório, o trabalho com/do/nos sentidos, ambos fazem parte do processo de subjetividade do sujeito nas redes de filiações históricas e “de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes” (PÊCHEUX, 2001, p. 56). Ainda sobre o processo de individuação e interpelatório, de acordo com Orlandi (1999, p. 59) “os sentidos se constroem com limites, mas há também limites construídos com sentidos”.

Convém esclarecer que não é o sujeito que opera, não me refiro ao sujeito da pragmática e nem ao empírico, mas sim o “trabalho” que constitui o jogo do/no sujeito, na vida, nos espaços sociais, nas tensões dos sentidos; também enquanto jogo, é uma posição e/ou resultado da “tensão dos e nos sentidos”, nos equívocos, nas falhas, nos deslocamentos, nos deslizos e na fuga dos sentidos (ORLANDI, 1999) dada as condições e formações sociais em questão.

É importante considerar que todo o processo discursivo que envolve as práticas discursivas e não discursivas, ~~como~~ – paráfrase, polissemia, enunciação, silenciamento,

equivoco, deslizamento, acontecimento, circulação e formulação dos sentidos, ato falho, resistência, processo interpelatório, processo de identificação e de desidentificação, ocupação e mudança de posição sujeito etc. – todo este complexo implica em “trabalho” e em processo de individuação do sujeito quanto aos efeitos dos espaços que o constituem em uma relação em que “jogam” sentidos, efeitos, resistência, identificação e negação nas redes de memória e trajetos sócio-históricos.

Todos os processos discursivos representam ou um “trabalho”, enquanto efeito de sentidos, do sujeito ou o trabalho sobre o sujeito, ou ainda os vários ao mesmo tempo, pois, não há processo “puro” que não seja “desdobramento” ou efeito de outros. Neste sentido, o trabalho é de alguma forma *do* e *sobre* o sujeito ou simultaneamente. O sentido de trabalho não diz respeito à consciência do sujeito da psicologia, o sujeito cognoscente. Pode-se considerar que o trabalho e o jogo se constituem em

negociação entre o choque de um acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória poderia bem, com efeito, colocar em jogo a nível crucial de uma passagem do *visível* ao *nomeado*. (PÊCHEUX, 1999, p. 51).

Ressalta-se que tais processos de individuação e interpelatório constituem a formação do sujeito e o próprio sujeito na relação com ele e os espaços sociais, no entanto, não basta apenas a inscrição nos espaços, mas a forma – produção de sentidos – de se relacionar com eles, considerando a materialidade do discurso em relação à memória discursiva que constitui a trajetória do sujeito. A forma que determinados discursos reverberam seus efeitos de sentidos propiciando assim, sempre uma possibilidade – enquanto deslocamento, memória, interdiscurso, ruptura, paráfrase na relação com a polissemia, equivoco, deslizamento, silenciamento – de um ponto de encontro, conforme concebe Pêcheux (1999, p. 17), “de uma atualidade e uma memória” nos portais de história, lugar do devir, dos deslocamentos, dos equivocados e das rupturas do sujeito e dos discursos.

A construção de determinadas formações intelectuais surge como “acontecimento” (*Idem*), de certa forma, pois, “sabe-se” que vai surgir, sempre há novas inscrições, os rituais se “repetem”, a história é um *continuum* da vida. “Sabe-se” que, em certos espaços históricos engendram/engendraram/engendrarão condições de determinadas formações intelectuais – “como lei do espaço social e da memória histórica” (ORLANDI, 2017, P. 22) –, no entanto, quando? como? por que? quem? de que forma?, quantos? são questões impróprias na ordem do discurso, pois, os portais da história se organizam no/pelo processo do devir e seus efeitos de sentidos, o que equivale conceber: nas/pelas práticas discursivas e não discursivas – tributárias do tempo e do espaço –, das quais, de acordo com Pêcheux (1999, p. 55):

o ponto crucial é que, nos espaços transferenciais de identificação, constituindo uma pluralidade contraditória de filiações históricas (através das palavras, das imagens, das narrativas, dos discursos, dos textos, etc ...) as “coisas-a-saber coexistem assim com objetos a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de “saber do que se fala”, porque esses objetos estão inscritos em filiações e não são o produto de uma aprendizagem.

O acontecimento de uma formação intelectual que se inscreve na história e pela posição que ocupa na ordem do discurso, tornar-se um “ponto de referência” não em si mesmo, mas pelo que pode demandar nos percursos históricos, considerando suas filiações políticas/intelectuais/históricas, enquanto “deslocamento, memória, interdiscurso, ruptura, equívocos, paráfrases, silenciamento, processos de continuidade e de descontinuidade” (ORLANDI, 1999), na ordem do discurso de uma formação intelectual.

Parafraseando Fiorin (2010) quando concebe que um clássico sempre tem algo a dizer para além de sua época, um que intelectual diz algo para sua época necessariamente, está na ordem das discursividades esperadas, mas não garantidas, no entanto, a passagem de um intelectual que diz algo para sua época para intelectual clássico, que diz algo para além de sua época, isto é um acontecimento.

Se há possibilidade de tais processos, é porque, conforme Orlandi (2017, p. 22), tais processos constituem o indivíduo como

forma-sujeito histórica: sujeito *dividido* em si. E, também, o sujeito constituído pela divisão do/no trabalho: sujeitos *divididos* entre si. Pois se pensamos a ideologia pensamos sujeitos na história, na sociedade, afetados pelo político.

Em relação à forma-sujeito, ainda Orlandi (*Idem*), configura “o **trabalho** [grifo nosso] como modo de processo de *individuação* do sujeito sustentando sua inscrição no processo de identificação”. Assim, no processo de individuação dos sujeitos, tanto para Orlandi quanto para Pêcheux, a questão do “trabalho” se coloca. Para Pêcheux (2002, p. 56):

todo discurso é um índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um **trabalho** [grifo nosso] (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes.

A questão que se coloca em relação ao “trabalho” – citada por Pêcheux – “desenvolvida” e ampliada por Orlandi (2017), diz respeito ao processo de “individuação” do sujeito. Dois conceitos importantes para pensar a construção dele: processo de individuação e trabalho como processo, ambos inscritos como efeitos de construções históricas.

Neste sentido, a formação intelectual pode se apresentar como uma “regularidade” ou como “descontinuidade” de uma “paráfrase” (ORLANDI, 1999). Seguindo determinados percursos “previstos”, mas nunca garantidos, algo sempre escapa, rompe, desloca-se em alguma medida na ordem das “discursividades” (ORLANDI, 2001) estabelecidas, ou pode, como ruptura, significar uma formação singular – pela polissemia –, cuja inscrição possui outros sentidos, o que coloca o pesquisador em uma posição de “ponto de referência” ou posição sujeito na ordem de certas discursividades.

A despeito de tais processos de ruptura, considerando a diferença de especificidades e suas particularidades em relação à Análise do Discurso no Brasil, Rodrigues<sup>1</sup> (2012, p. 260-61) concebe três processos: “distensões, deserção e distorções”:

Se for possível pensar em termos fundamentais e conceituais de **distensões** [grifo nosso] há de se apresentar um projeto claro de reflexão teórica e metodológica, no entanto, a permanência no campo depende de alguns fundamentos inerentes a princípios da própria linguística e ao próprio campo das AD. A distensão fixa-se no limite do próprio campo, não rompe com ele, assume os seus princípios e operacionaliza a partir das questões próprias da distensão.

Caso seja possível, a **deserção** [grifo nosso] é uma questão de ultrapassar o limite do campo da AD e promover uma defasagem teórico-metodológica, uma reconfiguração tal que chega a romper com questões cruciais a AD ou até da Linguística. A deserção é uma proposta para além do limite do campo que a constitui. Nisso há de compreender a construção ou especificação diferenciada de um objeto que configure esse “novo” campo de existência material, conceitual e metodológico que constitui o campo a partir da deserção.

Já no caso de **distorções** [grifo nosso], se não houve proposta e nem projeto de “estender” as reflexões do campo e nem mesmo a deserção, corre-se o risco das práticas teóricas, metodológicas e analíticas se constituírem em distorções conceituais e técnico-científicas do que venha ser a AD e sua prática, nestas condições, trata-se de equívocos metodológicos inscritos na ordem das formações discursivas do político, condições que fragilizam não apenas o campo específico da AD, mas a própria Linguística.

É importante salientar que Rodrigues (2012) aborda algumas das diversas práticas e modos de significar a AD, suas práticas no Brasil em relação a outros pensadores e pesquisadores: Michel Foucault na obra *Arqueologia do Saber* (2002) e a *Ordem do Discurso* (1993) a partir dos conceitos : discurso, formação discursiva, acontecimento entre outros que diferenciam da AD. Também Mikhail Bakhtin na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2006), a partir dos conceitos de discurso, de ideologia entre outros. Os conceitos dos referidos autores, em alguma medida, eram praticados como se fossem da Análise do Discurso de Michel Pêcheux e/ou ainda misturados em prática analítica como se fossem coerentes entre si.

---

<sup>1</sup> As noções de distensão, distorção e deserção, foram tomada de Wedencley Alves Santana UFJF (2010).

Uma das questões da reflexão diz respeito a que cada qual (autores) opera com objetos e projetos diferenciados e diferentes da AD. O confronto da AD não foi somente com os linguistas do “núcleo duro” da Linguística, mas também foi em torno da nomenclatura, ou seja, do nome “análise do discurso”. Questão que encontra-se, de certa forma, “apaziguada”.

Pode-se considerar que a distensão pode levar a deserção ou não. Ambas as noções não dariam conta de representar a posição de Pêcheux, pois, Rodrigues o faz a partir de três campos específicos, e ele o conjuga em um outro lugar, absorve-os para constituir um terceiro, sem deixar que uma das partes absorva as outras. Ainda conforme Rodrigues (2012), Michel Pêcheux promove uma “fratura na Linguística” e a torna porto seguro dessa nova disciplina, a AD.

De volta ao ponto, neste sentido, Michel Pêcheux, em seu gesto de fundador de uma disciplina nos anos sessenta, a partir das obras<sup>2</sup>, organizadas por F. Gadet e T. Hak, *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à Obra de Michel Pêcheux, Semântica e Discurso, uma crítica à afirmação do óbvio*. Ele o faz não a partir de uma disciplina específica, dentro de um campo do conhecimento em que se promoveu descolamentos e/ou rupturas, ele o faz na relação com várias outras disciplinas, conforme Orlandi (1999, p. 17):

nos anos sessenta, a Análise do Discurso se constitui no espaço de questões criadas pelas relações entre três domínios disciplinares que são ao mesmo tempo uma ruptura como o século XIX: a linguística, o Marxismo e a Psicanálise.

Ainda Orlandi (*idem*, p. 17-18):

Assim, para a Análise do Discurso:

- a. a língua tem sua ordem própria mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);
- b. a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos);
- c. o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

Assim, as duas obras citadas, de Michel Pêcheux, de alguma forma, abrem a possibilidade de uma consolidação de um campo do conhecimento no âmbito dos Estudos Linguísticos,

---

<sup>2</sup> No Brasil foi editado pela Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997, 3ª. Edição.



no limite com o social. Campo que no Brasil se faz presente em todos os programas de pós-graduação *Stricto Sensu* Linguística/Letras no Brasil e mais recentemente, em muitos cursos de graduação em Letras.

A partir destas considerações, ressalta-se que se conhecem as bases epistemológicas da Análise do Discurso, no entanto, há poucos trabalhos, pelo menos no Brasil, sobre as bases de formação intelectual de Michel Pêcheux, seus trajetos de questões que o levaram a fundar uma disciplina de entremeios.

Pode-se “constatar” em suas reflexões que permeiam desde a filosofia, a ciência e a tecnologia, um projeto “pensado”, enquanto efeito de sentido, a partir de um conjunto de disciplinas cujo ponto de partida é a Linguística Saussuriana.

O projeto da AD em sua dimensão filosófico-científica não seria possível sem uma base epistemológica que permitisse um projeto “arrojado” cuja fundamentação se faz a partir da relação constitutiva de três áreas do conhecimento: Linguística de Saussure, leitura de Pêcheux; Marxismo relido por Althusser e a Psicanálise revista por Lacan (ORLANDI, 1999). Assim, as áreas não se constituem enquanto limites, mas sim com síntese de um processo reflexivo. Há outras áreas que reverberam seus sentidos com uma construção.

Muitas das reflexões partem desta relação de entremeios, sem desconsiderar os fundamentos filosófico-científicos que subjazem a cada uma delas, elas têm sido praticadas de forma considerável enquanto disciplina e instrumento de reflexão sobre práticas discursivas e não discursivas.

A partir das considerações sobre a formação da base epistemológica de Michel Pêcheux, tendo como referência a reflexão do livro *Sobre a História das Ciências*<sup>3</sup>, de autoria dele e de Michel Fichant (1971). A problematização que se coloca possui pontos de ancoragem: o primeiro diz respeito por se tratar de um texto pouco citado, considerando que não figura em referências de pesquisas em Análise do Discurso ou de outras disciplinas de forma sistemática. Condição que implica, talvez, ser pouco estudado, pelo menos no Brasil.

Também há de se considerar que o texto de Michel Pêcheux não versa sobre Análise do Discurso, mas a respeito da História das Ciências, em que ele aborda o corte das disciplinas como a física e a biologia – referência que fará várias vezes nos textos sobre Análise do Discurso. São reflexões da constituição de um estado filosófico de um campo do saber “ideologias teóricas” para se constituir em ciência: nomenclatura para designar a forma de “ver” e “problematizar” as questões da materialidade do mundo enquanto fato, acontecimento. A partir desse livro iremos abordar alguns discursos que interpelaram Michel Pêcheux, o que não foi também sem tensão dos sentidos e efeitos ideológicos dos

---

<sup>3</sup> Editora Estampa, Lisboa (Portugal), 1971.

processos interpelatórios, eles foram possibilitando, enquanto jogo e no trabalho, a construção de um trajeto formativo intelectual. Assim, a problematização se circunscreve um “recorte” do livro a partir da construção de um objeto – formação intelectual.

## QUADRO FORMAL

A Análise do Discurso, após o gesto fundador na França por Michel Pêcheux, encontrou no Brasil, momento em que Eni Orlandi entra em contato com Michel Pêcheux em um evento na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir dos anos setenta, um espaço não só de reflexão teórica, mas, sobretudo, de resistência política, um espaço fértil para desenvolvimento de reflexões tornando a Universidade Estadual de Campinas, Estado de São Paulo, como um dos centros das pesquisas em Análise do Discurso de linha Francesa.

É importante ressaltar que outras linhas teóricas também eram denominadas de Análise do Discurso, como Análise Arquegenealógica do Discurso – estudos Foucaultianos – e Análise Dialógica do Discurso – estudos Bakhtinianos –, além de outras disciplinas também serem nomeadas como Análise do Discurso, uma vez que o nome, a nomenclatura apresentava certos efeitos de sentidos de “prestígio” na ordem acadêmica, muito mais para alunos da pós-graduação do que por linguistas do “núcleo duro”.

A inscrição da AD no Brasil não foi sem resistência e disputa política, pois, ela vem disputar, dividir e ocupar um lugar de prestígio acadêmico de outras disciplinas, como o da Gerativa de Noam Chomsky, o da Linguística Textual, o da Sociolinguística e das disciplinas do chamado “núcleo duro” da Linguística: sintaxe, fonética/fonologia, morfologia e semântica.

Ainda Rodrigues (2012, p. 255) sobre a resistência da AD no Brasil:

Talvez seja paradoxal levantar tais questões, pois, a própria AD ainda é significada de forma diversa no Campo da Linguística uma vez que para muitos pesquisadores a Linguística venha significar apenas estudos relacionados à sintaxe, a morfologia, a fonética/fonologia, a teoria gramatical, a semântica/pragmática.

Relato, neste sentido, algumas discursividades no período de minha qualificação de mestrado na UFMS de Três Lagoas, e doutorado, UNICAMP. Represento as discursividades muito sucintamente em alguns enunciados:

- a) “você faz Análise do Discurso? Vai ser especialista em quê?”;
- b) “A AD é um vale tudo de teoria”;
- c) “A AD é mais uma moda passageira, não vale a pena estudar muito”;
- d) “O pessoal da Análise do Discurso tem que se decidir, ou vai para a história ou fica na Linguística”;
- e) “Vai fazer a AD, precisa fazer também uma análise linguística para validar o trabalho”;
- e) Etc..



Possenti (2005, p. 354) também tece algumas observações:

A produção brasileira em AD é significativa. Textos com caráter de apresentação do campo são, por exemplo, Brandão (1991) e Orlandi (1999). Trabalhos menos ligados à corrente “dura” da AD, não só, mas também porque analisam outros *corpora*, podem ser apresentados por Geraldí (1991) e por Hadler-Coudry (1988). Faraco (2003) é uma excelente apresentação das ideias do Círculo de Bakhtin, lidas aqui e ali até como predecessoras da AD. Também são muito produtivos, pelo número e qualidade, os núcleos que trabalham a semiótica (especialmente a escola greimasiana).

Quando alunos/pesquisadores e/ou professores/pesquisadores se inscrevem no espaço de trabalho da AD, não o fazem sem encontrar resistência, uma vez que as disciplinas do chamado “núcleo duro” da Linguística se ressentem, o que produz efeitos na ordem do político acadêmico, da mesma forma que os estudos filológicos e das Letras Clássicas se ressentiram quando o Prof. Mattoso Câmara Jr., na década de sessenta, trouxe a boa nova da ciência dos estudos da linguagem para o Brasil, a Linguística.

O sentido de ressentimento se dá porque o capital simbólico que o pesquisador/professor possui no fazer acadêmico, além de sua pesquisa, está relacionado à demanda que sua disciplina e pesquisas produzem, pelo número de interesse de novos alunos a busca de orientação, diálogo com o professor, palestras, cursos etc. Em relação à disputa acadêmica pelo “capital simbólico”, para Boudieu (1997: 26):

O capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre os atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico.

Nestes termos a disputa não é menos tensa do que de outros espaços. Vai desde a desqualificação tanto dos pesquisadores, orientandos, quanto da disciplina e também do produto que ela gera na ordem acadêmica. No entanto, mesmo com as disputas, a AD se estabilizou e recentemente é disciplina da graduação de algumas universidades.

Pesquisadores como Eni Orlandi, Sírio Possenti, Wanderley Geraldí, José Fiorin etc., podemos considerá-los como pioneiros. No entanto, cumpre ressaltar que não está em questão a diretriz teórica que os pesquisadores ao longo da trajetória acadêmica vão desenvolver. Uns junto ao núcleo duro da AD, outros, um pouco distantes e alguns distanciando e se desdobrando em várias abordagens, conforme Possenti, citado a cima.

## ALGUNS CONCEITOS

Uma das reflexões “caras” da AD foi o conceito de “sujeito”. Vou elencar algumas formulações que procuram tanto conceituar como explicar e descrever o funcionamento do sujeito do/no discurso, pois, uma das contribuições da AD é a inscrição do sujeito nos estudos da linguagem, conforme Orlandi (1999).

Assim segue, de acordo com Pêcheux (1997):

Como explicar o fato de que na sequência do desenvolvimento que precede, justamente *para poder assegurá-la em sua conclusão*, sejamos obrigados a mudar a terminologia introduzindo palavras novas (Ideologia no singular, indivíduo, sujeito, interpelar). A explicação está contida nas duas proposições intermediárias seguintes:

- 1) Só há prática através de *e* sob uma ideologia;
- 2) Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos. (p. 148-9).

Na verdade, a “tese central” é realmente que a “categoria sujeito”... é a categoria constitutiva de toda ideologia”. Dito de outro modo, *a aparição do termo “sujeito” na exposição teórica (aparição que, voltaremos a ela, se caracteriza gramaticalmente pelo fato que esse termo não é nem sujeito nem objeto, mas um atributo do objeto) é rigorosamente contemporâneo ao emprego do termo “Ideologia” no singular*, o sentido de “toda ideologia” (p. 149).

A nosso ver, a necessidade de uma teoria materialista do discurso: essa evidência da existência do sujeito (como origem de si) é imediatamente aproximada por Althusser em uma outra evidência (p. 153).

Entre os conceitos fundamentais para a AD é o sujeito, de influência lacaniana, que promove uma “fissura” na Linguística ao conceber a relação constitutiva entre ideologia, sujeito como práticas sociais constitutivas em seu aspecto simbólico. Uma formulação de influência conceitual althusseriana com um deslocamento para o âmbito da linguística. Pêcheux parte da concepção saussuriana de valor de língua em seus aspectos simbólicos para compreender a ideologia e o sujeito, pois, a ideologia também se materializa no sujeito e este se configura como sujeito do/no discurso.

A formulações de Pêcheux, nos fragmentos acima, possuem como projeto romper com a concepção estruturalista, subjetivista da língua/linguagem e situar os estudos do sujeito e do discurso no âmbito de uma “teoria materialista do discurso”.

Nos fragmentos abaixo, a noção de “aparelho ideológico do estado” althusseriana ao colocar a manifestação material da ideologia nas estruturas sociais, a partir da teoria marxista das práticas sociais, se constitui de um espaço teórico “fértil” para os conceitos de discurso e de sujeito. Assim,

E os aparelhos ideológicos do estado, portanto: o vínculo entre o “sujeito de direito” (aquele que entra em relação contratual com outros sujeitos de direito; seus iguais) e o sujeito ideológico (aquele que diz ao falar de si mesmo: “Sou eu”) (p. 154).

Em última instância, em jogo é a *identidade* de um sujeito, de uma coisa ou de um acontecimento com respeito à questão da interpelação-identificação ideológica nos leva a colocar, em ligação com esse sintoma, a existência do que chamamos (p. 177) *um processo do significante, na interpelação-identificação* (p. 156).

Ou seja, de um sujeito estruturalista, subjetivista, positivista, senhor de si como fonte de seus desejos, vontades, ações e práticas, para um sujeito interpelado, ideológico, constituído nos processos de identificação como processo do significante.

Após as longas, porém necessárias citações com ilustração da problemática e desenvolvimento teórico da concepção de sujeito, seja de outros conceitos que os atravessa, seja de outras noções que dependem direta ou indiretamente da definição de sujeito, pois, a sua definição demanda “harmonia” com os demais conceitos no conjunto da teoria, uma vez que a proposta de Pêcheux de se debruçar sobre uma teoria materialista do discurso, decorre que os demais conceitos também são, a partir da noção de materialidade, uma noção anti-subjetivista de discurso e conseqüentemente do sujeito.

Os estudos de Pêcheux encontraram no Brasil um espaço significativo de reflexão teórico – conceitos – e metodológico – prática analítica. Orlandi (2002), uma das analistas do discurso que atua mais próximo do núcleo teórico da AD, vem “problematizando” os conceitos de discurso e de sujeito. Nessa direção,

É inútil reafirmar que o discurso é sempre incompleto assim como são incompletos os sujeitos e o sentidos (p. 92).

A incompletude é o índice da abertura do simbólico, do movimento do sentido e do sujeito, da falha, do possível (p. 93).

O sujeito pragmático – que necessita (se imagina) viver em um mundo semanticamente normal, com coisas a saber que lhes dão as garantias – tem necessidade de administrar sua relação com a incompletude da linguagem (p. 93).

Orlandi atribui dois aspectos ao conceito de discurso e de sujeito, seja para “explicar”, seja para refletir a compreensão dos conceitos em seu aspecto simbólico, enquanto índice da incompletude o que coloca discurso e sujeitos nos portais do devir – linha do tempo e do espaço –, que explica o movimento enquanto processo contínuo sujeito as condições materiais de existência.

Estas questões apenas descrevem o funcionamento dos sujeitos, dos discursos e dos sentidos, mas amplia de forma significativa a compreensão dos processos de identificação

e desidentificação, de falha, que coloca discursos, sujeitos e sentidos como condição do possível, isto a partir das condições existenciais em que o simbólico e a incompletude se configuram como condição incontornável da existência humana. A concepção da abertura do simbólico que resulta em índice da incompletude é um ganho teórico e metodológico para a análise do discurso no Brasil.

Orlandi (2002) ainda tece outras reflexões:

O sujeito de linguagem precisa de um enunciado que acaba, de um texto com começo, meio, progressão e fim: ele tem necessidade também de imaginar que começa ou pode começar e terminar sua fala. Um sujeito, ele também, semanticamente normal (p. 93).

No imaginário pragmático do sujeito responsável, regido por sua vontade, representa-se um sujeito capaz de unidade, de progressão, de completude e, por sua vontade e espírito de decisão, um sujeito capaz de distinguir e de praticar o bom uso e a boa medida da língua no texto, embora, dado seu modo de constituição, ele está também sujeito à incompletude, à indistinção (p. 96). Três modos de “opacidade”: a do sujeito, a da língua e a da história (p. 99).

O sujeito, na análise do discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida que ocupa sua posição do discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírico) em posição-sujeito (discurso) (p. 99).

Vale lembrar que o sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia (p. 99-100).

As formulações de Orlandi (2002) nos fragmentos acima relacionam o funcionamento discursivo (enunciado, texto, fala) ao sujeito de vontade e de desejo não como fonte se si, mas regido pelo inconsciente o que não quer dizer sem noção, pois, o sujeito em sua incompleto administra o sentido de normalidade, de estabilidade, de acabamento (início, meio e fim), progressão, unidade e completude.

Estes aspectos abordados por Orlandi são recobertos pelos três modos de opacidade do sujeito constituído na/da linguagem; da língua enquanto sistema aberto, vazado, não fechado em si mesmo; da história sempre aberta ao devir, a mesma história que reclama por sentidos (sujeito e discurso), primado da opacidade tríplice.

Primado este enquanto processo de constituição tríplice cuja noção de condições de produção dos discursos são parte constitutiva e possibilitam operar os processos de subjetividade, processos de subjetivação que se projetam do aspecto material de existência para a posição (lugar social empírico), para as formações imaginárias, formações ideológicas que operam a existência do dizer enquanto prática discursiva e não discursiva.

Vale ressaltar que a constituição não se trata de um processo fragmentado, se são abordados por etapa é tão somente uma questão didática e metodológica.

Um outro termo “caro” para AD diz respeito ao de ideologia concebido em si e em relação ao sujeito. De acordo Eagleton<sup>4</sup> (1997, p. 15-16) há dezesseis (16) concepções de ideologia em circulação, uso e prática:

Para indicar essa variedade de significados, deixe-me listar mais ou menos ao acaso algumas definições de ideologia atualmente em circulação:

a) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social; b) um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe sócia; c) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante; d) ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; e) comunicação sistematicamente distorcida; f) aquilo que confere certa posição a um sujeito; g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais; h) pensamento de identidade; i) ilusão socialmente necessária; j) a conjuntura de discurso e poder; k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; l) conjunto de crenças orientadas para a ação; m) a confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal; n) ocultação semiótica; o) meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social; p) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural.

Os conceitos de ideologia apontados pelo autor, tem como propósito de apenas “visualizar” a complexidade do termo, dependendo de qual perspectiva teórica ou área do conhecimento em que inscreve a reflexão.

Para a AD, o termo ideologia em relação ao inconsciente foi inicialmente concebido com a influência althusseriana ao relacionar o sujeito e a ideologia. Como consequência a reflexão sobre ideologia promove uma ultrapassagem na concepção marxista (1998) de ideologia como visão invertida do mundo.

Althusser (1985) faz um esforço para demonstrar o quanto o objeto da psicanálise era tão material quando a teoria marxista. Um dos objetivos de Althusser era compreender a práxis do sujeito, a sua constituição na ordem social ao relacionar a ideologia e o sujeito pela teoria lacaniana e o materialismo histórico. Sua concepção foi muito criticada:

Só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos. Ou seja, a ideologia existe para sujeitos concretos, e esta designação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela *categoria sujeito* e de seu funcionamento. (p. 93)

Quero assinalar que você e eu somos *sempre* sujeitos e que, enquanto tais, praticamos ininterruptamente os rituais do reconhecimento ideológico. (p. 95)  
*Toda ideologia interpela os indivíduos concretos* enquanto sujeitos concretos, através do funcionamento da categoria de sujeito. (p. 96)

---

<sup>4</sup> Filósofo de formação.

As formulações althusserianas, ao relacionar marxismo e psicanálise, sobre ideologia, sujeito e as críticas, não deixaram de influenciar Pêcheux (1997, p. 297), tanto que ele faz uma defesa, como segue:

A despeito de todas as retificações de Althusser, das quais simplesmente não se considera a existência – ir até o fim afirmando que o “althusserianismo” é um pensamento da Ordem e do Mestre, que institui por uma dupla circunscrição: da História (enclausurada na reprodução) e do sujeito (reduzido ao autômato “que anda sozinho”). Era preciso fazê-lo.

Como se o ressentimento não perdoasse a Althusser o fato de ter designado politicamente a Peste do assujeitamento e o de ter tentado chamá-lo por esse nome teórico, e se livrasse do insuportável denunciando-o, pura e simplesmente, como cúmplice do que ele estava nomeando e designando... Outros antes dele já tinham experimentado, no fio da história e sob formas diversas, o efeito desse mesmo ressentimento; Espinosa, por exemplo, verdadeiro companheiro de Althusser em heresia, que tinha ele também, a arte de levar aos extremos as questões imperdoáveis.

O mais estranho é que, aqui e ali (e particularmente em lugares de onde não se esperava!) via-se logo surgir a mesma interrogação provocante: “O que faz você na luta de classes, senhor Althusser?”

As questões de Althusser e de Pêcheux servem para apenas ilustrar a problemática do conceito. AD vai assumir em seu quadro teórico termo ideologia ao se deslocar da filosofia para a Linguística.

Orlandi, a partir de Pêcheux, em seu processo de reflexão, via elaborar sucessivas formulações teóricas que não cessam de demandar sentidos de dimensão do termo, relação com a língua, com o discurso, com a psicanálise, com a história, com o sujeito, com a sociedade, com os processos de identificação/identidade etc. Os fragmentos abaixo de alguma forma podem representar o gesto incessante de abordar tanto o funcionamento da ideologia quanto suas relações com outros conceitos, como sujeito, língua, discurso etc. Assim, temos algumas formulações de Orlandi (1999):

A ideologia interpela o sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história (p. 100).

Pelo deslocamento proposto por M. Pêcheux (1975), fazendo intervir a ideologia na relação com a linguagem, o teatro da consciência (eu vejo, eu penso, eu falo, eu te vejo etc) é observado dos bastidores, lá onde se pode captar que *se fala ao* sujeito, que *se fala do* sujeito, *antes de* que o sujeito possa dizer: “Eu falo”) (p. 100-1).

A “evidência” da identidade não deixa ver que esta resulta de uma identificação-interpelação do sujeito (p. 101).

Quando dizemos que o sujeito, para se constituir, deve-se submeter à língua, ao simbólico, é preciso acrescentar que não estamos afirmando que somos pegos pela língua enquanto sistema formal, mas sim pelo jogo da língua na



história, na produção dos sentidos. É o acontecimento do simbólico que afeta o sujeito (p. 102).

O sujeito se submete à língua(gem) – mergulhando em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar-se – em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado em que se reflete sua interpelação ideológica (p. 103).

O modo de interpretação do sujeito capitalista pela ideologia é diferente do modo de interpretação do sujeito medieval (E. Orlandi, 1996): se, o sujeito medieval, a interpretação se dá de fora para dentro e é religiosa, a interpretação do sujeito capitalista faz intervir o direito, a lógica da identidade (p. 104).

O sujeito moderno – capitalista – é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz): essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito de direito e deveres) e de sua coerência (não-contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de (por) sua vontade (p. 104).

O que parece ao sujeito como sua definição mais interna e essencial é justamente o que o submete: quanto mais centrado o sujeito, mais cegamente ele está preso a sua ilusão de autonomia ideologicamente constituída (p. 104).

Outro termo que destaco é o de sujeito, não mais a ideologia em relação ao sujeito, mas o sujeito em relação à língua e ao inconsciente, o que não quer dizer que a questão da ideologia não esteja presente, para a AD são constitutivos.

Se abordo as formulações do sujeito é tão somente para demonstrar de forma sintética a problemática colocada por Althusser na relação com a psicanálise, a abordagem teórica de Pêcheux na relação da Linguística (processos sintáticos), com a Psicanálise lacaniana (teoria do sujeito) e o marxismo (os fatos possuem historicidade).

Nesta perspectiva, segue algumas formulações de Orlandi (2017):

Forma-sujeito histórica: *sujeito dividido em si*. E, também, o sujeito constituído pela divisão do/no trabalho: sujeitos *divididos entre si* (p. 22).

Como tenho proposto na teorização do processo de constituição do sujeito, o *trabalho* como modo de *individuação* do sujeito sustentando sua inscrição no processo de identificação (p. 22).

Há sim uma parte do dizer inacessível ao sujeito e que fala em seu dizer; o sujeito toma, então, como suas, as palavras que falam nele: efeito ideológico (P. 26).

Os sujeitos fazem trabalhar o acontecimento – o fato novo – em seu contexto de atualidade e no espaço da memória que ele convoca (p. 106).

Retomando o que digo em fuga do sujeito, (E. Orlandi, 2012), lembro que o sentido não é exato, e reafirmo que, constituídos pela metáfora, sujeitos e sentidos não coincidem entre si, não coincidem em si, se movem, se deslocam, fogem... O ponto em que se dispersam, buscam invisibilidade. Incompletude, silêncio, desarticulação (p. 109).

O sujeito não coincide como a imagem sujeito que lhe tentam colocar, porque ele não se nega à sua diferença já que não estava lá (p. 109).

Faz parte da materialidade do sujeito a inscrição de seu corpo em seu processo de significação, em sua constituição, do sujeito e do corpo (p. 144).  
Sem esquecer que sentidos (sujeitos) não têm origem, deslizam, tornam-se, movimentam-se, são incompletos e sujeitos a equívocos (p. 113).  
A inevitável materialidade do sujeito na história (corpo e sentido) anuncia a sua presença irremediável, no seu possível “outro” (p. 127).  
Tenho afirmado que há modos de individuação do sujeito pelo Estado e instituições. A noção de indivíduo já é uma noção político-social (p. 142).  
Mesmo sem condições, os sujeitos buscam se construir, pois é assim que sobrevivem (p. 149).  
É pela construção de um laço que esses sujeitos [dancinha] são sujeitos sociais e constituem-se em grupos (p. 149).

Toda esta sequência de citações, longa por sinal, tem por objetivo esboçar um quadro, ainda que elementar e sem reflexão sobre sua dimensão, mas apenas um quadro, das propostas de definição conceitual do sujeito da AD, suas (re)formulações parafrásticas, comentários, descrições, explicações etc., trabalho que implica também em especificar a dimensão teórica e “pragmática” – não estou me referindo ao sujeito da Pragmática – do sujeito a partir de uma teoria não-subjetivista do discurso, conforme Pêcheux (1997).

A definição de “assujeitamento” proposta por Althusser (1985) – “Aparelhos Ideológicos do Estado”, AIE – é reformulada por Pêcheux na relação como a língua/linguagem para uma teoria materialista dos discursos. Como visto anteriormente, o próprio Pêcheux faz uma defesa “bela” e consistente das proposições de Althusser no texto: “Só Há Causa Daquilo que Falha ou o Inverno Político Francês: início de uma retificação”.

Para Pêcheux não era apenas uma defesa do “Mestre” na ordem do político, mas sobretudo, de compreender o quanto as reflexões de Althusser “abriam” caminho para pensar as questões da época no debate com o estruturalismo, de acordo com Dosse (1993, p. 1313):

O êxito que o estruturalismo conheceu na França ao logo dos anos 50 e 60 não tem precedentes na história da vida intelectual desse país. O fenômeno obteve a adesão da maior parte da *intelligentia*, até reduzir a nada algumas resistências ou objeções que se manifestaram do que se pode chamar o momento estruturalista.

No entanto, o estruturalismo “ruiu” quando foi questionado entre outras questões, sobre o sujeito e a história.

Se J. Lacan, a partir de Freud, “pensou” o sujeito da/na língua/linguagem tendo como referência a Linguística saussuriana – “sem o surgimento de uma nova ciência: a *Linguística*, sua tentativa [J. Lacan] de teorização teria sido impossível” (ALTHUSSER, 1985, 63). Althusser, não menos que J. Lacan, apresentou suas teses não apenas para

espaços, cuja referência, eram dominados pelo viés do materialismo histórico marxista, e porque não dizer, pelo viés de um compromisso político-ideológico em relação às demandas da classe trabalhadora.

Ele apresentou questões que abordam o limite da *vulgata* marxista para os marxistas, questões que serviram de cerne, de certa forma, para o que se convencionou chamar de pós-marxistas ou pós-estruturalistas. A entrada das questões da psicanálise lacaniana foi irremediável de um lado, e imperdoável de outro. Conforme Pêcheux (1997, p. 296)

A intervenção *política* era provavelmente tão insuportável que, para compensar um teorismo pronto a reconhecer nos aparelhos ideológicos de Estado o horror de sua própria imagem invertida (ainda mais porque encontrava neles sua verdadeira “fonte”), os “Aparelhos Ideológicos do Estado” eram lidos – massivamente, e pelas diferentes partes interessadas – como uma intervenção puramente *teórica*, mais precisamente como uma tese funcionalista, seja para reproduzi-la, seja para condená-la.

No fragmento acima, uma das questões importantes a serem consideradas diz respeito não apenas ao aspecto teórico, filosófico ou metodológico, mas sobretudo, que o debate acadêmico representava também uma intervenção pragmática no cotidiano. Ressalta que no período histórico, nos anos 50/60/70, havia um tipo de relação considerável dos pensadores com o movimento político partidário. Por exemplo, Althusser perdeu seu prestígio no Partido Socialista Francês, J Lacan foi expulso da Sociedade Parisiense de Psicanálise, Foucault foi preso algumas vezes por aderir às manifestações populares, Pêcheux cometeu suicídio por questões políticas<sup>5</sup>.

Para muitos pensadores comprometidos com as demandas populares, o pensar a teoria era uma proposta de instrumentalização e de intervenção social na vida política. Na constituição da AD, em seus esforços iniciais e posteriormente no Brasil, havia um tipo de compromisso político e ideológico de seus praticantes, ou seja, para alguns era uma forma de intervenção política enquanto para muitos era um jogo teórico/lúdico.

Rodrigues (2021, p. 12) em sua crônica intitulada “Militante, Dileta na/da Academia ou o Marxismo é uma Brincadeira Lúdica” (1ª parte) faz uma referência que a própria teoria marxista em certos espaços acadêmicos não possui nenhuma relação de compromisso político, é tão somente um instrumental lúdico (RODRIGUES, 2021, p. 13-14):

Esse tipo de identificação [teoria marxista] de professores supostamente marxistas por parte dos alunos geralmente atribuía um sentido mesmo que

<sup>5</sup> Sobre Pêcheux, entre as discussões sobre a AD, ouvi dizer algumas vezes que o suicídio foi pela desilusão política, quando o Partido Socialista assumiu a presidência na França. O Próprio Pêcheux de alguma forma analisa a vitória do socialismo no enunciado “On a gagné [“Ganhamos”]” (Pêcheux, 2015, p. 19).

simbólico às aulas destes, pois sua posição em relação às questões políticas local, regional e nacional era considerada como algo positivo. O debate ultrapassava os limites das salas de aula se estendendo aos corredores. Para o professor e militante a questão do reconhecimento é uma consequência natural, um resultado da prática política na relação com a teoria, já o [professor] dileitante possuía e possui apenas um domínio teórico com início, meio e fim. Compromisso com cartão de ponto e calendário acadêmico em punho.

O mesmo ser pode dizer sobre a prática da AD para muitos pesquisadores, não há relação de compromisso social e político, é o que Rodrigues concebe também com o uso da teoria marxista por certos professores, apenas um instrumental teórico-lúdico de prestígio. Também não se trata de afirmar que todo praticante das teorias ou qualquer outro instrumento o seu seja aquele pelo qual foi concebido.

Althusser, além de sua contribuição teórica em AIE (também sua militância política), no seu livro “Freud e Lacan, Marx e Freud” (1985), faz uma apresentação e defesa da Psicanálise, defendendo a materialidade histórica do *inconsciente* freudiano em comparação com “Materialismo Histórico, ou teoria das condições, das formas e dos efeitos da luta de classe” (p. 75), de Marx. Ainda afirma que:

Nem Marx nem Freud inventaram nada: o objeto, cuja teoria cada um deles produziu, existiu antes de seu descobrimento. O que foi que eles então acrescentaram? A definição de seu objeto, de seus limites e de suas extensões, a caracterização de suas condições, de suas formas de existência e de seus efeitos, a formulação das exigências que se devem cumprir para compreendê-lo e atuar sobre ele: ou seja, sua teoria, ou as primeiras formas de sua teoria (p. 76).

A partir de J. Lacan, em uma perspectiva materialista marxista como ele – Althusser (*idem*) – bem anuncia:

a primeira palavra de Lacan é pra dizer: em princípio, Freud fundou uma *ciência*. Uma ciência nova, que é a ciência de um objeto novo: o inconsciente (p. 55),

Daí a paixão contida, a contenção apaixonada da linguagem de Lacan, que só pode viver e sobreviver em estado de alerta e de prevenção: linguagem de um homem previamente assediado, e condenado, pela força esmagadora das estruturas e corporações ameaçadas, a antecipar seus golpes, a fingir ao menos devolvê-los antes de havê-los recebido, desencorajando, assim, o adversário a esmagá-lo sob os seus (p. 58).

Lacan não negaria o fato de que, sem o surgimento de uma nova ciência: a Linguística, sua tentativa de teorização teria sido impossível. Assim se faz a história das ciências, na qual, frequentemente, uma ciência só se torna pelo recurso a outras ciências e pelo desvio por outras ciências (p. 63).

A parte mais original da obra de Lacan: a sua descoberta. Essa passagem da existência (no puro limite) biológica à existência humana (filho do homem), Lacan mostrou que ela se operava sob a Lei da Ordem que eu chamarei de Lei da Cultura, e que essa Lei da Ordem se confundia, em sua essência *formal*, com a ordem da linguagem (p. 64).

Se Althusser teve em Pêcheux um defensor, J. Lacan teve em Althusser, não somente pelo aspecto político, mas no que a sua posição teórica poderia contribuir para o debate na/da luta de classe face às concepções estruturalistas que de acordo com Lepargneur (1972, p. 119):

a reação contra a “moda” do estruturalismo é violenta tanto por parte daqueles que não querem ouvir falar do movimento como por parte dos pesquisadores que estão à frente do próprio movimento, se é que podemos chamar de “movimento” a presente atividade estruturalista.

No dizer de Dosse (1993, p. 17), J. Lacan se configura como “um rebelde” e como toda rebeldia paga um “preço” por desestabilizar a memória discursiva na relação com o acontecimento, este precisa se impor e se ritualizar na ordem do discurso. Como Pêcheux, J. Lacan parece ter encontrado na Linguística um “porto” para suas questões tanto teóricas como políticas.

É possível afirmar que J. Lacan influenciou Althusser, e este produziu efeito de sentido de sua obra no projeto de Pêcheux, muito embora tivessem projetos distintos. Althusser sem dúvida, em muitos momentos, foi uma referência que, como o mestre, promove deslocamentos e rupturas “imperdoáveis”, não para os marxistas da época, mas para muitos linguistas, inclusive contemporâneos, que fazem referência à Linguística como apenas a sintaxe, fonética/fonologia, morfologia, semântica e à abandonada estilística, o que se convencionou chamar “núcleo duro da linguística”.

Se Althusser teve Pêcheux, nos Estudos Linguísticos no Brasil, na década de setenta, Pêcheux teve no Brasil outros “parceiros” com suas reflexões em torno dos discursos, do sujeito e da ideologia. Produziu certos efeitos de sentido em estudos desenvolvidos, particularmente na Unicamp – Universidade Estadual de Campinas-SP e na USP – Universidade do Estado de São Paulo-SP. Pesquisadores como Eni P. Orlandi, Sírio Possenti, João Wanderley Geraldi e José Luiz Fiorin, em alguma medida foram afetados pela problemática da discursividade de Michel Pêcheux, seja para seguir com suas reflexões, seja para abandoná-las em outros projetos.

Cada um dos pesquisadores, entre outros, parte das referências de Pêcheux e suas questões, seja para negá-las, deslocá-las ou se constituir neste espaço – Pêcheux – como foi o espaço althusseriano e suas questões “imperdoáveis”.

Pêcheux, entre outros, encontrou nas reflexões de Orlandi e de Sírío Possenti um espaço de regularidade para questões cruciais para AD ao seu modo e, ao mesmo tempo, deslocamentos, ressignificações, “atualizações”, e também, problematizações que ampliam o quadro, seja teórico ou seja metodológico, a ponto de se poder cogitar ou mesmo reivindicar uma Análise do Discurso Franco-Brasileira, ou mais ousadamente, Análise do Discurso Brasileira.

A questão do sujeito que exaustivamente recortamos de Pêcheux e de Orlandi ainda é uma questão senão mais “cara”, mas uma reflexão permanente, seja para esclarecer ou abordar a dimensão do sujeito, que de acordo com Orlandi: desde sua individuação pelo Estado, “pragmático” (ORLANDI, 2012) – não estou me referindo ao sujeito da pragmática ou ao positivista, nem mesmo ao sujeito empírico –, ao sujeito de desejos, repleto de vontades, sujeito que trabalha, sujeito de posição sujeito, sujeito interpelado etc., ao sujeito enquanto processo de formas de assujeitamento à língua/discurso, à cultura e à história.

## CONSIDERAÇÕES

A compreensão da formação intelectual de pesquisador inquieto com questões filosóficas e científicas de sua época nos leva, de certa forma, a percorrer um caminho de nossa trajetória intelectual, pelo menos no início, para dela observar alguns dos efeitos de sentidos das teorias e das polêmicas, sua reverberação no espaço de reflexões filosófica e técnico-científicas. Para efeito de sentido, o livro de Michel Pêcheux e Michel Fichan se constitui de questões políticas e filosóficas, de áreas, de temas e de proposições que possibilitam descrever os discursos que compõem a formação de um intelectual.

O percurso intelectual de um pesquisador, Michel Pêcheux, como pode ser considerado, desdobrou-se com um acontecimento. Suas reflexões, pela sua peculiaridade, culminaram em abrir um campo de reflexão, fundar uma disciplina, definir seu objeto, propor questões filosóficas e metodológicas, mais do que propor novas teorias e concepções ou mesmo alguma atualização. O sujeito fundante não o fez de alguma forma sem desestabilizar outras de seu tempo ou anteriores ao a seu tempo. Ele torna certas questões inquietantes, suas problematizações produzem efeito de sentidos, reverberam em outros a sua volta ou para além de seu tempo. A história não cessa de produzi-los.

Alguns dicursivizam para a sua própria geração ou um pouco mais distante, e o fazem de forma sublime, no entanto, há outros que se colocam para dizer algo para além de sua geração, sua atividade e práxis o colocam como “fundador”. Não se espera que toda formação intelectual resulte em uma proposta “fundadora”, mas que coloque questões para uma boa reflexão em sua época ou pouco mais distante. Alguns são clássicos, desafiam o tempo.



Em sua formação intelectual, Michel Pêcheux encontrou referência como em Espinosa, em Marx, em Saussure – anteriores a sua época –, Althusser e J. Lacan – parceiros de sua época – etc. Com eles debateu questões imponderáveis, do compromisso político ao teórico. Se há glória de um texto, de um livro, acredito que ela está no fato de ser “lido”, o que se pode dizer de reflexões teóricas é que se pode considerar que fez “escola”, lido para além de seu tempo, além de seu espaço social político de existência e mais do que isto. Suas questões passam a ser questões de outros, reverberam para distante de seu domínio. E elas não cessam com o seu fim material/biológico, muito pelo contrário, a reflexão se torna a própria materialidade do sujeito fundante, seu aspecto físico não importa, apenas o legado.

A formação intelectual de pesquisador pode levá-lo a percorrer seus trajetos, seus percursos, sofrer acidentes, fazer deslocamentos, estar sujeito a falhas etc. Ela pode levá-lo a promover rupturas, é neste sentido que é possível considerar que Michel Pêcheux a partir de uma encruzilhada da linguística, da psicanálise, do marxismo, concebeu uma disciplina de entremeios, a AD.

Como se pode constatar tal gesto fundador? No livro em parceria com Michel Fichant pode-se dizer que havia alguns sinais indiciários (Ginsburg, 1989), mas sem garantia. Talvez nem mesmo o autor pudesse conceber o que viria pela sua trajetória. Nem mesmo a continuidade na arena filosófica/acadêmica poderia garantir a inscrição em um debate de tal proporção e efeito de sentido nos portais da história nos portais do devir.

Os fragmentos, ainda que modestamente, representam algumas de suas inquietudes em torno de uma teoria materialista do discurso e do sujeito. Um projeto coletivo que comporta desafios de temáticas imponderáveis, que promovem rupturas, reconfiguram conceitos, questionam áreas como a Linguística em sua própria instância, “obrigando-a” a lidar com questões não “pensadas” ou fora de seu campo; relacionam com outros, como a Psicanálise e o Marxismo.

Linguística, Marxismo e Psicanálise articuladas não se “juntam”, mas a relação entre elas cria uma espécie de “vácuo” possibilitando uma nova disciplina que o próprio Pêcheux denominou de entremeio, como a metáfora de um triângulo, considerando a parte interna dele, e cada lado sendo uma área, em seu interior a AD se constitui.

Os fragmentos em suas diversas formulações representam não uma tentativa, mas um processo incessante de inquietação de um projeto que encontra outros “parceiros de viagem”, entre eles, Orlandi, entre outros no Brasil, que com a mesma inquietação continua o projeto, o debate, a reflexão.

As formulações, as repetições do mesmo ou já-dito, em sua trajetória de questões de coisas-a-saber, ampliam, deslocam, ou mesmo, promovem rupturas em termos de conceitos, e de noções etc. São discursividades no processo entre a paráfrase na relação

com polissemia que faz com que a AD seja um espaço de questões que não cessam desde o seu “nascimento”. Assim, as considerações traçadas sobre Michel Pêcheux e suas formulações/reformulações teóricas que se configuram em um projeto epistemológico encontrou um “porto” seguro no Brasil com novas/outras perguntas e problematizações,

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Freud e Lacan, Marx e Freud. Rio de Janeiro-RJ: Edições Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. Aparelhos Ideológicos do Estado. 9ª ed. Rio der Janeiro-RJ: Edições Graal, 1985

BOURDIEU, Pierre. Os Usos Sociais da Ciência. Por Uma Sociologia Clínica do Campo Científico. São Paulo-SP: Editora da UNESP, 2004.

DOSSE, François. História do Estruturalismo. I O Campo do Signo, 1945/1966. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1993.

EAGLETON, Terry. Ideologia: uma introdução. São Paulo-SP: Editora Boitempo/UNESP, 1997.

FOUCAULT, M. Arqueologia do Saber. 6ª. Ed. Rio de Janeiro-RJ: Forense Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_. A Ordem do Discurso. 3ª Ed. São Paulo-SP: Edições Loyola, 1993.

GADET, F., HAK, T. Por uma Análise Automática do Discurso. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. 3ª. Ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1997. Editora da Unicamp, 1997.

LEPARGNEUR, Hubert. Introdução ao Estruturalismo. São Paulo-SP; Herder, 1972.

MARX, Karl e ENGELS, FREDRIECH. A Ideologia Alemã. 2ª Ed. São Paulo-SP: Martins Fontes, 1998.

ORLANDI, Eni P. Análise do Discurso. Princípios e Procedimento. Campinas-SP: Pontes. 1999.

\_\_\_\_\_. Eu, Tu, Ele. Discurso e o Real da História. Campinas-SP: Pontes, 2017.

\_\_\_\_\_. Discurso e Texto. Formulação e Circulação dos Sentidos. Campinas-SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. Discurso e Sentido. Sujeito, Sentido, Ideologia. Campinas-SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. e FICHANT, M. Sobre a História da Ciência. Lisboa-Portugal: Editora Estampa, 1971.

PÊCHEUX, M. O Discurso. Estrutura ou Acontecimento. 3ª. Edição. Campinas-SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. Et All. Papel da Memória. Campinas-SP: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. Semântica e Discurso. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. 3ª. Ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1997.

POSSENTI, Sírio. Teoria do Discurso: Um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIN, Fernanda, BENTES, Anna Christina. Introdução à Linguística. Fundamentos epistemológicos. Vol. 3. 2ª. Ed. São Paulo-SP: Cortez Editora, 2005. P. 299-438

RODRIGUES, Marlon Leal. Análise do Discurso: Distensão, Deserção e Distorções. In: GOMES, Nataniel dos Santos, ABRÃO, Daniel. Pesquisa em Letras: Questões de Língua e Literatura. Curitiba-PR: Editora *Appris*, 2012. P. 251-264

\_\_\_\_\_. Crônicas da Academia. Linguagem, Ideologia e Política. Campo Grande-MS, Gráfica Mundial, 2021.